



Suzanna **Dourado da Silva**
(UNIR - suzannadourado@gmail.com)
Adnilson de **Almeida Silva**
(UNIR – adnilson@unir.br)

O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL FEMININO EM RIO BRANCO NA ATUALIDADE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

RESUMO

A proposta desse trabalho surge a partir da observação do quantitativo de mulheres que estão nas ruas e trabalham como camelôs (vendedoras ambulantes) na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Compreende-se que a inserção dessas mulheres na atividade de camelô se dá em virtude da falta de oportunidades de admissão mercadológica no sistema “formal de trabalho”. Inúmeros são os fatores que acarretam a migração do trabalho formal para a informalidade. Entretanto, a crise econômica, a falta de mão-de-obra qualificada são os principais fatores que levam grande número de trabalhadores a ficarem desempregados. As mulheres, por necessitarem buscar sua sobrevivência e a subsistência de suas famílias, iniciam atividades financeiras independentes e se deparam com um trabalho exaustivo que lhes priva de quaisquer formas de obtenção de qualificação profissional e intelectual, bem como de conforto físico e mental.

Palavras-chave: Camelô. Gênero. Trabalho.

INTRODUÇÃO

Diante do cenário de um sistema econômico cada vez mais excludente, as mulheres buscam formas alternativas para obtenção de renda para sua sobrevivência e para suas famílias. A entrada no mercado de trabalho perdurou e, apesar dos espaços conquistados, algumas questões em relação a essa entrada mercadológica ainda são questionadas.

Em pleno século XXI ainda nos encontramos em um sistema perverso e excludente, em que se percebe uma explícita discriminação em relação à mulher e sua capacidade intelectual, social e cultural. Dessa forma, elas ainda hoje são marginalizadas por meio de discriminação dissimulada, excludente e repressora, no que se refere à busca de seus direitos para que se tornem economicamente ativas.

O estudo das mulheres camelôs dentro da ciência geográfica é possível visto à necessidade de compreender a importância dos estudos da sociedade, e de sua relação



com os espaços vividos, bem como a interferência de questões sociais, políticas e econômicas na vida dos sujeitos e na configuração dos espaços. A categoria gênero dentro da ciência geográfica é um admirável instrumento de análise que procura oferecer visibilidade para as mulheres, as quais foram submetidas à exclusão de direitos e deveres, e atualmente enfatiza e evidencia as principais questões que as afligem cotidianamente.

Ao longo da história, homens e mulheres ocuparam o mesmo espaço, porém marcada por um tratamento diferenciado de acordo com o gênero. Enquanto os primeiros eram postos a frente, as mulheres recebiam funções secundárias. Elas buscaram por meio de reivindicações se inserirem no espaço público, pois a estas somente o espaço privado lhes era destinado. De modo que sua inclusão no meio mercadológico também é uma conquista, e seu intuito é de obter autonomia financeira, bem como romper com os laços de dominação e participar ativamente de todas as obrigações cidadãs que lhes é constituída legalmente.

Esta pesquisa objetiva compreender como ocorre a inserção dessas mulheres na atividade de camelô no município de Rio Branco e como essas conseguem, apesar das adversidades, sustentar suas famílias e oportunizar educação e saúde a esses núcleos familiares. Além disto, procura analisar o papel exercido pelos órgãos competentes e quais foram as políticas públicas adotadas para ofertar as condições mínimas de conforto e segurança a essas trabalhadoras (vendedoras) que passam o dia nas ruas e comercializam seus produtos, bem como os mecanismos de fiscalizações existentes sobre a atividade feminina desenvolvida nas ruas.

Para desenvolver esta pesquisa, adotou-se a abordagem do tipo qualitativa e exploratória, centrada no método dialético, com revisão de literatura, somado à coleta de dados junto aos órgãos municipais competentes e entrevista com as pesquisadas.

O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL FEMININO

O estudo de gênero possibilita a compreensão das vivências de mulheres e homens na sociedade, de forma a conseguir vislumbrar as realidades locais, bem como a reivindicação por políticas públicas que atendam as questões geográficas dos estados



com suas multidiversidades (SERPA, 2011). A assertiva de Serpa vai de encontro com as políticas públicas implantadas que por vezes não condizem com a realidade local, então se verifica a necessidade de implantar políticas públicas municipais que observem e atendem as exigências locais.

Geógrafas como Rosa Ester Rossini (USP), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR), Joseli Maria Silva (UEPG), Susana Maria Veleda da Silva (FURG), Maria Franco Garcia (UFPB) e Sônia Alves Calio (USP) ao longo dos anos tem realizado pesquisas com a categoria de gênero, de maneira a elucidar as questões de trabalho, sexualidade, sociedade, cultura, educação, etc. Essas pesquisas são de grande relevância para a sociedade e para a reivindicação de políticas públicas necessárias para o crescimento e desenvolvimento social, intelectual e pessoal de homens e mulheres do país.

Com fulcro nas geógrafas de gênero e diante das suas lutas pela visibilidade feminina, iniciar pesquisas de gênero em Rio Branco é uma forma de reavivar as lutas realizadas pelas mulheres do mundo inteiro. Dar visibilidade para uma região que sempre foi desacreditada e excluída por não compor os grandes centros comerciais do país, é ser propagador de um povo de fibra, que tem na luta cotidiana, a perspectiva de dias melhores. Spivak (2010) enfatiza na necessidade dos “subalternos” falarem por si e evitar que somente pesquisadores de outras regiões o façam. É necessário dar voz ao povo e dar voz ao pesquisador pertencente àquela região.

Para compreender a informalização do trabalho feminino em Rio Branco, faz-se necessário elucidar o que se entende por trabalho informal. Tal atividade se configura por qualquer atividade econômica, a qual não se tem garantias legais. Outro quesito que a informalidade deixa de abranger são os benefícios da previdência social, tais como: aposentadoria, férias, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio reclusão. Já para poder público nas três esferas governamentais não há o recolhimento de impostos e tributos, o que acarreta em prejuízos fiscais.

Apesar do trabalho informal não ofertar garantias aos seus trabalhadores, tampouco ao Estado, essa é uma das atividades mais usuais da atualidade, em que



33.200.692 de trabalhadores estão situados no Brasil, conforme aponta os dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT¹.

A busca pelo trabalho informal é uma alternativa para aqueles que não possuem formação, ou as habilidades necessárias para inserirem-se nas atividades formais. Esses não são enquadrados no trabalho formal em virtude da numerosa quantidade de trabalhadores que estão disponíveis no mercado de trabalho à mercê das empresas capitalistas. Esta situação - que se configura na atualidade - foi o que Karl Marx conceituou como “exército industrial de reserva”, ou seja, tem mais trabalhadores do que oferta de trabalho, com isso ocasiona em um tensionamento, competição acirrada, desvalorização profissional e principalmente pelo número exorbitante de pessoas sem trabalho e acesso à renda. Diante da problemática, os trabalhos informais surgem e passam a ser uma possibilidade para os que estão à margem do sistema capitalista – esse sistema necessita desses trabalhadores, até mesmo em função de realização de atividades que “não podem” ser feitas por aqueles que detêm maior nível de instrução e instrumentalização técnica.

O trabalho informal é algo que coabita desde a existência da humanidade, ou melhor, desde quando se operacionalizou a divisão social do trabalho. Singer (2014) considera que os pobres sempre exerceram atividades informais, mas houve uma acentuação a partir do processo de globalização, no qual centenas de trabalhadores foram demitidos devido ao fechamento de fábricas e indústrias no Brasil em virtude das exorbitantes importações e das pouquíssimas exportações.

Contudo, a prática de trabalho no viés informal existe em nossa sociedade – desde o princípio do processo de feitura do país - e em diversos ramos de atividade, mas esse era executado pelos ditos pobres, e não atingia a classe trabalhadora. Como exemplo, os pobres são aqueles que sempre se encontraram à margem do sistema econômico e desenvolveram atividades informais, tais como: domésticas, ajudante de pedreiro, lavadeiras, cortador de cana, etc. Já a classe trabalhadora perdeu seus postos nos mercados de trabalho, nas montadoras de veículos, fábrica têxtil, etc. (sua mão-de-obra é inutilizada em outros setores do mercado de trabalho e ficam à mercê de outra atividade, a qual não possuam formação e habilidades específicas).

¹ Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm>



O trabalho informal também é presente e conta com a participação feminina, se bem compreender, as suas atividades historicamente foram consideradas informais, de pouca valia e serventia. Sua atuação foi destinada ao cuidado do âmbito privado e as atividades executadas fora de casa são taxadas de ajuda (NASCIMENTO SILVA, 2011). Outro fator preponderante para a inserção mercadológica das mulheres nos espaços públicos se dá em virtude da necessidade de mão-de-obra barata e sem necessidade de cumprir com as exigências legais, e se caracterizam pelas condições precárias, insalubres, ou por serem consideradas atividades “femininas” (ROSSINI, 1998).

Nos dias atuais, as mulheres passaram a inserirem-se nos trabalhos formais e buscam qualificação para atuarem nos diversos setores de trabalho, que está cada vez mais competitivo. Apesar da busca por formação e por aperfeiçoamento, elas ainda se encontram em desvantagem no recebimento dos proventos e ausências de garantias legais (VELEDA DA SILVA, 2011).

O aumento expressivo da informalidade, como anteriormente elucidado, ocorre em virtude da necessidade de obtenção de renda, mas a permanência na informalidade deve-se à burocracia encontrada e, principalmente, pela falta de informações oriundas dos órgãos competentes. A lei complementar n.º 128, de 19.12.2008, foi institucionalizada para que pudesse oferecer condições especiais para que o trabalhador informal passasse para a legalidade como um microempreendedor informal - MEI. Contudo, apesar das condições, o número de MEI é de 3.659.463 e comparado ao de trabalhadores informais é bastante expressivo. Há uma diferença de 30 milhões de pessoas nas atividades informais para as atividades de MEI, que são regulamentadas e regularizadas. Para o cadastro junto ao MEI, a taxa a ser paga é de 5% do salário mínimo para INSS, R\$ 1,00 de ICMS e R\$ 5,00 de ISS mensalmente. Assim, a camelô poderá obter os benefícios da previdência social e dispor de CNPJ, que poderá solicitar crédito e ampliar seus negócios.

MULHERES CAMELÔS EM RIO BRANCO



Figura 1: Acervo Suzanna Dourado, abril de 2016. Camelô em Rio Branco – Acre

Rio Branco possui população estimada de 370.550 mil habitantes, sendo 163.592 homens, e 172.446 mulheres. No município, as atividades predominantes são as de agropecuária; indústria; serviços e administração pública, conforme se vê na Tabela 1.

Município	Agropecuária	Indústria	Comércio/Serviços	Administração Pública
Rio Branco	2,8%	19,4%	47,2%	30,6%

Tabela 1: Atividades predominantes em Rio Branco – Acre. Fonte: Acre em Números. Adaptação: Suzanna Dourado.

O comércio/serviço é a atividade rentável predominante no município, com 47,2%, e arrecadou em 2015 de ICMS² o valor de R\$ 919.177.641,80. As arrecadações realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ demonstram o quanto a atividade de comércio e serviços é necessária para a economia do município.

O serviço atualmente é o ramo de atividade que mais emprega pessoas na capital, contudo, diante de forte crise econômica que afetou o Brasil, este também culminou em um percentual elevado de demissões, ocasionando um número de 4.897

² De acordo com dados obtidos junto à SEFAZ (maio de 2016), em 2014 a arrecadação foi de R\$ 896.909.076,21.

desempregados em Rio Branco (2015 e 2016), sendo 2.028 mulheres e 2.869 homens, de acordo com dados obtidos junto ao Sindicato dos trabalhadores do comércio do Acre.

Além do serviço formal, Rio Branco possui 55.104 postos de trabalhos informais, segundo dados da OIT. Os camelôs estão inseridos neste quantitativo, e de acordo com dados obtidos junto ao Sindicato dos Camelôs de Rio Branco, são 3.113 pessoas registradas no sindicato dos camelôs; este quantitativo sofre oscilações devido a não necessidade de filiar-se ao sindicato. O número de mulheres associadas ao Sindicato é de 1.868. Ressalta-se que ao se filiarem junto ao Sindicato de Camelôs e de terem permissão da Prefeitura de Rio Branco para montar barraca em local fixo, não os tornam formalizados. Estes ainda são trabalhadores informais, só passam para a formalidade quando adquirem cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ.

A possibilidade de tornar-se legalizado é cadastrar-se como MEI³. Todavia, apesar da existência dos órgãos fiscalizadores, o número de MEI é de 9.583, dos quais 4.959 são homens e 4.624 mulheres. A diferença entre os trabalhadores informais em relação aos MEI é de 45.521. Compreende-se que faltam informações e acompanhamentos dos órgãos competentes para tentar formalizar os serviços prestados pelos camelôs, pois a legalização não visa o recolhimento de taxas, impostos e tributos ao poder público, mas sim a possibilidade de oferecer segurança a esses trabalhadores, principalmente os da Previdência Social.

Em contato com a SEFAZ-AC, o recolhimento de ICMS é realizado de forma antecipada, ou seja, ao adentrar no Estado com a mercadoria que será comercializada é gerada a taxa e realizado pagamento. Diferente dos demais estados, que ocorre também de forma posterior, o recolhimento antecipado visa à diminuição de sonegação de impostos. Entretanto, ao realizar o recolhimento antecipado, ocorre o não acompanhamento de quanto será comercializado o produto, o que pode acarretar em uma supervalorização da mercadoria para o consumidor final. É oportuno destacar que a mercadoria comercializada nos camelódromos são produtos que foram fiscalizados na entrada do Estado e, conseqüentemente, contribuíram com o recolhimento de ICMS.

Em entrevista com Marcos Café - responsável técnico da Prefeitura com as atividades de camelô – este informa que o número desses trabalhadores tem aumentado

³ Cadastro online através do site <http://www.portalempreendedor.gov.br> ou junto ao SEBRAE/AC.



significativamente, o que implica dizer que aumenta o nível de dificuldade para se conseguir trabalho formal, até em razão da retração econômica existente no país. Hoje, na cidade de Rio Branco, existem mais de seis mil boxes para atender os camelôs, mas que não suficiente para atender à crescente demanda.

Em virtude da alta procura, o poder público municipal autoriza a permanência de camelôs em barras improvisadas em locais que não dificultem a circulação dos transeuntes, mas alega que ainda assim os espaços para a comercialização dos camelôs se tornam cada vez mais disputados e tem consciência da dificuldade enfrentada por esses trabalhadores-empresendedores que se encontram fora dos espaços físicos disponíveis pela Prefeitura.

Diante do cenário problemático vivido pelos camelôs de Rio Branco, a Prefeitura de Rio Branco está construindo um Shopping Popular. Este espaço tem capacidade de atender 319 empreendimentos. A intenção da Prefeitura é realizar a retirada dos camelôs que ficam nas calçadas dos camelódromos sem nenhum conforto, sujeito à chuva e sol diariamente e oferecer a eles um espaço seguro para o armazenamento e comercialização dos seus produtos.

Além do Shopping, a Prefeitura em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/AC, desenvolve cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos camelôs, o que oportuniza o aprimoramento de vendas, atendimento ao cliente, dentre outros. Marcos Café ainda enfatiza que a atividade de camelôs na cidade é muito importante, pois gera trabalho e renda para uma parcela significativa da sociedade rio-branquense, especialmente para aqueles que não estão inseridos nas atividades regulares.

A construção do Shopping Popular bem como os treinamentos ofertados para os camelôs conseguirá atender um quantitativo de mulheres que estão diariamente nas ruas à procura de obter renda para sua sobrevivência e de seus familiares. De acordo com a Quadro 1, as mulheres camelôs encontram-se neste ramo de atividade há mais de cinco anos, são chefes de família e possuem filhos para sustentar. Dentre as principais dificuldades encontradas pelas camelôs que não possuem box, destacam-se: falta de espaço para armazenamento de seus produtos; cansaço físico; falta de banheiro; falta de segurança.



Outro fator que foi evidenciado na pesquisa se dá na saúde destas mulheres. Todas as entrevistadas alegaram não possuir local adequado para a realização das necessidades fisiológicas, na qual muitas são acometidas de doenças como: infecções urinárias; desidratações; cáries dentárias; dores lombares; dores nas pernas; varizes; insolação; síndrome do pânico; estresse; esgotamento físico.

Diante das desvantagens, percebe-se que a ausência de um espaço físico adequado é o que acarreta as dificuldades enfrentadas por essas mulheres. As doenças alegadas também são oriundas da atividade exercida, e que poderia ser diminuída ou sanada, caso tivessem de um espaço físico adequado.

A preocupação da Prefeitura de Rio Branco na construção de espaço físico destinado ao serviço prestado pelos camelôs demonstra sua responsabilidade e para com aqueles que estão diariamente nas ruas e que acometidos de sérios problemas, o que dificulta a obtenção de renda através da força de seu trabalho. Além da ampliação dos espaços, a parceria com o SEBRAE/AC para levar estes vendedores para a formalidade, é uma importante ação, haja vista que a preocupação é com as consequências dessas atividades, que propiciam às trabalhadoras um desgaste físico muito intenso e se essas adoecem não podem trabalhar e sustentar suas famílias.

Ainda no tocante à saúde das camelôs, ao serem indagadas sobre o atendimento público, alegaram que evitam ao máximo procurar atendimento médico, haja vista que um dia sem ir às ruas para a venda, é um dia sem alimentação e sem dinheiro para pagar suas contas, ou seja, se sacrificam até o extremo que seu organismo pode suportar.

Entrevistada	Idade	Filhos	Chefe de família	Tempo de camelô	Possui box	Associada ao sindicato	Produto comercializado	Dificuldades	Vantagens
Violeta⁴	39	01	Sim	07 anos	Não	Sim	Perfumaria e eletrônico	Chuva; assalto; ficar o dia todo em pé; não ter banheiro para usar; trazer e levar as mercadorias; não oferecer conforto ao cliente;	É a sua única fonte de renda; Consegue trabalhar em qualquer lugar; Pode mudar de produto conforme a necessidade dos clientes.
Jasmim	36	06	Não	10 anos	Não	Sim	Comida	Não ter onde deixar o carrinho de venda; ter que pagar toda vez que quiser usar banheiro para os donos de loja; não ter como sentar, ou oferecer acento aos clientes; ficar com os filhos na rua vendendo.	É a fonte de renda de sua família; Não faltam clientes; Trabalha com o marido e se sente segura; Conseguiu escola para os filhos perto do camelódromo.
Tulipa	18	Não	Ajuda a mãe nas atividades. Sua mãe é a chefe de família.	12 anos	Não	Sim	Perfumaria, doces e eletrônico.	Não ter onde descansar; acordar às 04 horas da manhã para levar a mercadoria para o centro; andar mais de 13 km a pé para chegar ao camelódromo; não ter local para tomar banho e ir para a aula; não ter banheiro para usar; furtos constantes; calor excessivo.	Única fonte de renda da família; envolvimento de todos da família nas atividades de venda; estudar próximo ao camelódromo. Ficar em uma barraca (de lona) no camelódromo, pois antes andava nas ruas para vender.
Orquídea	32	03	Não	10 anos	Sim	Sim	Acessórios e confecções	Ambulantes na frente dos boxes, o que dificulta as vendas; pagamento da taxa de concessão do box paga à prefeitura;	Deixar minha mercadoria guardada em segurança; única fonte de renda; ventilação e iluminação própria; ponto estratégico para vendas;
Lírio	36	01	Sim	12 anos	Sim	Sim	Brinquedos, acessórios e malas.	Fiação comprometida; perigo de incêndio; furtos; dificuldade de uso dos banheiros;	Abordagem do cliente; única fonte de renda; ponto estratégico para venda; taxas reduzidas para pagamento.
Bromélia	33	01	Sim	10 anos	Sim	Sim	Celular e eletrônico	Espaço desorganizado e sem segurança; perigo de incêndio.	Local para guardar mercadorias; Local estratégico para venda; única fonte de renda; era MEI, tirou microcrédito e hoje é ME.

Quadro 1: Quadro de entrevistas. Elaboração: Suzanna Dourado, maio de 2016.

⁴ Preferiu-se nomear as participantes com nome de flores, para preservar suas identidades.



CONCLUSÕES

A possibilidade de estudar como se configura o espaço das camelôs em Rio Branco-AC, bem como a atuação da prefeitura, juntamente com os órgãos que atuam em parceria, possibilitou compreender um pouco deste espaço que faz parte da vida de todos os cidadãos rio-branquenses e que até o presente momento não se compreendia a relevância e a significância dessa atividade para a economia municipal.

Compreende-se que várias questões precisam ser reavaliadas pelos gestores municipais para que essas trabalhadoras disponham de um ambiente salubre para as execuções de suas atividades diárias. Ainda há muitos caminhos a serem trilhados pelo poder público para que de fato cumpra com o seu papel de garantir os direitos dos cidadãos para que exerçam uma profissão que não degrade a pessoa física.

A construção do Shopping Popular visa amenizar a situação precária que muitas trabalhadoras se encontram na atualidade, mas ainda é preciso ampliar estes espaços e, principalmente, dar formação e orientações a esses, principalmente no tocante aos benefícios que deixam de acessar junto à Previdência Social. Por outro lado, é indispensável que esse segmento de trabalhadores se (re)organizem e fortaleçam institucionalmente para superar os imensos desafios que a atividade exige.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e Gênero em assentamentos rurais: Espaços de poder. *In*: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto César Pinheiro (Orgs.). **Espaço, gênero e poder**: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 137-147.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Geografia e Gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto. **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 12, p. 7-26, 1998.

SERPA, Ângelo. Políticas Públicas e o papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 8. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** ALMEIDA, Regina Goulart Almeida; FEITOSA, Marcos Pereira; FEITOSA, André Pereira (Trad.). Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.



VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Mulheres e trabalho: novos desafios e velhos dilemas. *In*: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto César Pinheiro (Orgs.). **Espaço, gênero e poder**: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 149-167.